

ENTREVISTA COM CELSO CASTRO¹

EH- Gostaríamos que você falasse um pouco da sua trajetória, como é que você chegou não só ao tema militares, que é o grosso da sua pesquisa, mas também como você chegou à Antropologia.

C. Castro - Como toda história de porque se segue um determinado caminho acadêmico, a minha também é feita de alguns acasos. No 2º grau, eu pensava em fazer vestibular para Psicologia, mas fiz um teste vocacional no colégio onde estudava — o Magister, em Juiz de Fora — e depois a diretora me chamou e disse: “Olha, pelo teste você pode fazer Psicologia, mas me parece que Ciências Sociais é a área com a qual você mais tem a ver”. Eu pensava em Psicologia mais por razões práticas, eu gostava mesmo era de Ciências Sociais. Tomei então coragem e fiz o vestibular para Ciências Sociais. Nessa época eu morava em Juiz de Fora, porque meu pai era militar e servia lá. Mas como eu sou carioca, resolvi fazer o vestibular no Rio, e passei para a UFRJ no final de 1980.

Fiz o curso de Ciências Sociais em cinco anos. O curso era meio desorganizado, não havia as oportunidades de hoje em relação a bolsas de iniciação científica, laboratórios de pesquisa, uma série de coisas que ajudam o aluno a se definir numa direção mais acadêmica, a fazer pós-graduação. Desde o início, eu gostava mais dos professores da área de Antropologia. Um episódio marcante foi um curso que fiz em 1984 sobre Métodos Antropológicos, em que a professora, Márcia Bandeira de Mello Leite, queria que os alunos tivessem alguma experiência de pesquisa, que fizessem uma entrevista ou observação participante, por pequena que fosse. Eu não tinha idéia do que ia fazer. Estava à procura de um tema quando, numa reunião com amigos, um deles passou a contar sobre os trotes que tinha sofrido no Colégio Naval, quando lá estudava, alguns anos antes. Logo pensei que aquele poderia ser um tema interessante. Conversei depois com esse amigo, que me deu uma entrevista e consegui contato com outras pessoas que também estudaram lá. Entrevistei cinco ex-alunos e fiz um trabalho sobre “O trote no Colégio Naval: uma visão antropológica”. Era apenas um trabalho de curso, mas adorei a experiência. Essa professora

¹ Entrevista realizada em 13/5/1997 por Hector Luís Saint-Pierre, Suzeley Kalil Mathias e Teresa M. Malatian, com a participação dos alunos Wilmar Antonio de Oliveira, Cléber S. Vieira, Fábio A. Gonçalves e Sérgio H. Motoki.

gostou muito do trabalho e sugeriu que eu fizesse mestrado.

Nunca imaginei que fosse acabar estudando militares. Sou filho de militar, mas nunca tive a menor atração pela carreira, nunca pensei em ser militar. Meu pai nunca teve a menor expectativa de que eu me tornasse militar. Cheguei a estudar dois anos em colégios militares, mas apenas por conveniência, não porque gostasse. Com 17 anos, me considerava socialista, não queria saber de nada relacionado a militares. Mas acabei me aproximando do tema, por esse caminho aí.

Outra experiência muito importante, ainda durante a graduação, foi que em 1983, no meu penúltimo ano na faculdade, abriu um concurso para estágio no CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil) da Fundação Getulio Vargas. Não conhecia ninguém de lá, mas soube do concurso, fiz uma provinha e alguns meses depois fui chamado. Era meu primeiro trabalho. Fiz estágio no setor de documentação, onde trabalho até hoje. O estágio não envolvia nenhuma atividade de pesquisa propriamente dita, eu trabalhava em atividades de documentação, de organização de arquivos pessoais.

Quando terminei a graduação, o estágio no CPDOC também terminou, mas permaneci contratado por mais alguns meses como autônomo. Nesse meio tempo, conversando com um pesquisador do CPDOC que fazia mestrado no Museu Nacional, Aurélio Vianna, surgiu o assunto do trote, não me lembro porque. Falei sobre a minha pesquisa, ele pediu para ler o trabalho, leu, gostou, deu algumas sugestões para dar um formato mais acadêmico ao texto e pediu para mostrar para alguém do Museu. Acabou entregando o texto não para quem tinha pensado inicialmente, e sim para o Gilberto Velho. Fiquei assustadíssimo, pois eu havia lido muitos textos dele na faculdade, era um dos notáveis da Antropologia brasileira. Bom, o Gilberto leu e depois fui lá conversar. Ele foi simpático, elogiou o trabalho, fez algumas observações e disse que tinha interesse pelo tema. Disse também que eu tinha vocação para antropólogo e sugeriu que fizesse prova para o mestrado. Nisso, já faltava pouco tempo para a prova de seleção, mas li correndo a bibliografia e passei.

O Museu era uma pós-graduação já consolidada, não exigia que se tivesse um projeto de pesquisa antes do ingresso, nem que se fizesse um curso rápido, embora eu tenha concluído o mestrado em dois anos e meio. Logo no primeiro semestre, conversando com o Gilberto sobre o tema de pesquisa que eu precisava escolher, disse que poderia me interessar em continuar com militares, mas que eu não queria fazer uma tese em que só entrevistasse pessoas e trabalhasse apenas com discurso. Eu queria ter uma experiência de trabalho de campo, de observação participante. Isso é algo que dá identidade à antropologia, e acho que é importante para a

formação do antropólogo ter alguma experiência de campo. Me lembro que falei com o Gilberto que gostaria, por exemplo, de fazer uma pesquisa na Academia Militar das Agulhas Negras, a AMAN. Ele disse que era muito difícil conseguir autorização, mas eu me decidi a tentar.

EH- Nessa pesquisa, você teve alguma facilidade de acesso, por ser filho de militar?

C. Castro — Acho que sim, mas não que isso tenha sido determinante. Meu pai, que nessa época já estava na reserva, tinha um amigo que servia na AMAN e tentei, por esse caminho, ver se o comandante autorizaria. Acabou não vindo resposta, não funcionou por aí. Resolvi então escrever uma carta pedindo autorização para o chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa, que é o órgão máximo da estrutura educacional do Exército. Pode ser que em algum nível o fato de eu ter um pai militar tenha ajudado, que esse general tenha visto o pedido com alguma simpatia, mas eu acho que o fato determinante foi que ele, que eu nunca encontrei, leu minha carta, gostou e autorizou.

Quando se pesquisa numa instituição como a militar, é preciso ter em mente como ela funciona, de que modo uma pessoa situada num ponto chave da hierarquia pode abrir caminhos que de outra forma nunca se abririam. Fiquei com a impressão de que o caminho por baixo não funcionaria. Por que? Uma das características da hierarquia é que a cadeia de comando desce, não sobe. Abrindo a porta de cima, todas as outras se abrem. Então, esse general autorizando, ninguém abaixo dele poderia desautorizar. Foi uma aposta que deu certo. Na carta que escrevi, dizia claramente que se tratava de um trabalho de mestrado em antropologia, que queria pesquisar na Academia, conviver com os cadetes. Não sei por que motivos ele decidiu autorizar.

Então a minha autorização chegou na AMAN. O comandante não gostava da idéia, mas pude fazer o tipo de trabalho em que estava interessado, um trabalho de campo, com observação participante. Fiz muitas entrevistas com cadetes e conversei com oficiais, mas também assisti a aulas e treinamentos, inclusive participei de um exercício de guerra, fardado, acompanhando uma patrulha de cadetes. Era uma novidade fazer esse tipo de pesquisa dentro de uma instituição militar, não existia na bibliografia disponível nada desse tipo, isso me animava muito. O resultado foi a dissertação de mestrado que depois virou o livro *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*.²

² A dissertação é de 1989. O livro foi publicado em 1990 por Jorge Zahar Editor.

EH - A respeito dessa observação participante, como sua presença foi recebida pelos que estavam sendo observados, houve algum impacto da sua presença lá?

C. Castro — Em geral fui muito bem recebido, tanto pelos oficiais quanto pelos cadetes. O comandante não gostava da minha presença lá, mas não chegou a colocar nenhum obstáculo. No início eu tive uma conversa com ele para defender meu projeto de pesquisa, e acho que tive uma boa *performance*, consegui defender minha idéia. Embora eu estivesse autorizado a fazer a pesquisa, não me iludia de que essa autorização poderia vir a ser revogada, caso o comandante insistisse em que aquilo era um problema — ele falou no início que se tratava de um “acontecimento inusitado”. Ele não estava muito satisfeito mas, enfim, concordou e a partir daí tudo correu sem problemas.

Eu tinha carta branca, ou quase branca, para circular. Quando falava com algum cadete ou oficial, a única pergunta que eles me faziam era se o comandante sabia da pesquisa, se eu estava autorizado. A hierarquia militar, nessas horas, funciona muito bem. Se você está autorizado, o oficial fica desobrigado da responsabilidade. Por isso é que o caminho inverso dificilmente funcionaria. Se começasse por baixo na hierarquia, sempre haveria algum superior para criticar a decisão do inferior. O militar tem medo de inovar numa autorização desse tipo, principalmente algo que não está previsto nos regulamentos, pois todos acima dele podem vir a criticá-lo e ele vir até a ser punido por isso.

Tinha muita preocupação, quando entrevistava os cadetes ou conversava com os oficiais, em perceber se eles não estariam me passando uma “visão oficial” da instituição. Para escapar disso, utilizei algumas estratégias durante a pesquisa. Por exemplo, entrevistei desde cadetes do primeiro — os chamados “bichos”, que sofrem com os trotes —, até veteranos do quarto ano. Entrevistei também cadetes das diferentes armas que eles escolhem durante o curso (infantaria, cavalaria, artilharia etc). Fiz algumas entrevistas com cadetes que haviam sido expulsos da Academia ou que haviam pedido desligamento: se houvesse na Academia um “complô” para me passar alguma versão oficial, estes cadetes poderiam me dar outra visão. Também fiz duas entrevistas com grupos de cadetes, para ver se o que eles me falavam sozinhos se modificava junto de outros. A partir disso, tive a segurança de que eles estavam falando bastante à vontade, as experiências eram muito parecidas, não senti diferenças significativas nos discursos.

Entrevistei também alguns antigos cadetes, oficiais já na reserva. Pude então comparar a

Academia que estava vendo diante de meus olhos — a pesquisa foi em 1987-88 —, com a Academia das décadas de 30, 40, 50. Isso me permitiu algumas observações históricas interessantes a respeito da socialização profissional dos cadetes no decorrer do tempo. Pude perceber que havia, por exemplo, um elevado grau de continuidade nessa socialização. Pelo menos desde a década de 30, as experiências do cadete na Academia Militar eram muito parecidas, embora fossem diferentes as experiências *fora* da Academia Militar. Quer dizer, o prestígio social da profissão havia mudado enormemente, enquanto a socialização na Academia permanecia, em seus elementos essenciais, basicamente a mesma.

EH - Enquanto você fazia as entrevistas, isso era determinado pelo comando ou você escolhia?

C. Castro — Eram voluntários. Mas eu nunca me esqueço de um fato curioso, acontecido na cavalaria. Falei para o tenente responsável que gostaria de entrevistar alguns cadetes, ele respondeu: “Perfeito. Os voluntários são fulano, sicrano e beltrano.” [risos] Eu disse: “Não, pelo amor de Deus, não é isso...” E ele, insistindo que aqueles cadetes eram voluntários, mandou chamá-los e perguntou: “Vocês não são voluntários?” Os cadetes riam da situação e respondiam que eram “sim, senhor”... O tenente falava com orgulho que “na cavalaria, todos são voluntários!”. Quer dizer, isso tem a ver com o orgulho da arma. Fui assim descobrindo que no Exército quase todos eram “voluntários”...

Passei por algumas situações curiosas, perguntas do tipo: “Quantos cadetes/hora você vai entrevistar?” [risos]. Percebi logo que era melhor dar alguma resposta do que demonstrar inexperiência, chutava qualquer coisa e ia em frente. Mas os oficiais nunca falavam isso com o intuito de ter algum controle, inclusive alguns diziam: “Entrevista também o cadete tal, ele é um cadete ruim, tem espírito militar fraco, não se adapta direito, é importante você ter uma visão completa da Academia...” Tirando aquela brincadeira na cavalaria, os voluntários apareciam espontaneamente mesmo, não tive o menor problema. No início eu achava que fosse ficar algum oficial me acompanhando para ver o que eu estava fazendo, mas isso não aconteceu, eu ia direto no pelotão, no curso, combinava lá as coisas e ia fazendo.

Quando estava redigindo a dissertação, precisei fazer um breve resumo histórico da Academia, para encaixar na introdução. Imaginava que ia dar umas poucas páginas. Comecei então a ler sobre a história do ensino militar. Não existe muita coisa sobre o assunto, mas fui tendo uma série de idéias. Passei a acompanhar o movimento no tempo de coisas que estava

estudando no presente da AMAN. Por exemplo, as armas possuem hoje um estatuto de igualdade formal, ou seja, elas são ramos paralelos, não há uma considerada melhor do que a outra, o curso tem a mesma duração para cadetes de todas as armas e o título com que se sai no final é o mesmo: oficial do Exército. Mas fui descobrindo que nem sempre foi assim. No início havia armas onde se estudava muito mais tempo do que nas outras, ou que davam um título mais importante. No decorrer do tempo, na longa duração, isso foi sendo alterado. Vi também que a história da Academia Militar alterna momentos em que ela era mais “academia” com momentos em que ela era mais “militar”. Enfim, essas poucas páginas de introdução histórica acabaram virando um dos maiores capítulos da dissertação. Procurei mostrar como o que eu falava sobre a Academia de atual possuía historicidade, embora ela estivesse em equilíbrio estrutural mais ou menos desde a década de 30. Esse contato com a história da Academia Militar foi importante porque a partir daí surgiu meu projeto de tese de doutorado, ligado à história do Exército.

EH - Em *O Espírito Militar*, você disse que na visão dos cadetes há uma diferença entre o espírito da Marinha, o espírito da Aeronáutica e o espírito do Exército. Você fez alguma incursão nesse sentido, nas outras forças, para saber se corresponde a essa visão dos cadetes do Exército?

C. Castro — Fiz entrevistas com dois alunos da Escola Naval, uma coisa muito pequena. Em qualquer trabalho de pesquisa, é preciso estabelecer um limite, senão você não termina nunca, as questões vão se desdobrando. Eu estava interessado na visão que os cadetes do Exército tinham das outras Forças, e essa visão era, basicamente, a de que a Marinha era mais elitista, enquanto a Aeronáutica era mais paisana, menos militar. Isso era um jogo de atributos...

EH - Mas esse jogo de atributos — por isso a pergunta —, meio que corresponde ao que os civis têm do meio militar. A gente tem uma visão da Marinha de que, realmente, continua sendo uma Força aristocrática, que a Aeronáutica, até por conta da profissão deles, tem uma inserção mais fácil no meio civil, então seria mais “paisana” e o Exército é o mais “ralador” mesmo, como os cadetes falam.

C. Castro — Aí tem um ponto metodológico e teórico importante, relativo a como se pensa a questão da identidade social. Há basicamente duas formas: ou se tem uma visão mais “psicologizada” da identidade social, no sentido de que há características ou atributos que são

incorporados ou fazem parte de pessoas que pertencem a um determinado grupo, ou se vê a identidade como algo que está sempre sendo atualizado, que está referenciado a uma determinada lógica da situação, que varia segundo os momentos em que é acionada. Para dar um exemplo esquemático, quando se fala de “militares” em geral, se está falando por oposição a “civis” e, nesse nível, é possível falar de características gerais dos militares: os militares são mais “raladores”, mais disciplinados, uma série de atributos. Já quando se fala das “Forças Armadas”, vão surgir diferenças significativas entre os militares, pode-se dizer que o Exército é “ralador”, mas a Aeronáutica não é. Quando muda a referência e se passa a falar de dentro do “Exército”, surgem diferenças entre as armas, há uma considerada pelas outras mais “paisana”, como a intendência, e uma considerada como mais “raladora”, como a infantaria. Então tudo isso é um jogo de atribuições, não são características fixas, imutáveis, que definem as identidades. O pesquisador precisa perceber essa lógica da situação, perceber quando as identidades são atualizadas.

EH - Como se deu sua inserção na História Oral? Como é que você transitou para a História Oral na sua trajetória de pesquisador?

C. Castro — Foi um pouco mais tarde. Na verdade, eu tive experiência com entrevistas a partir daquele trabalho sobre o trote. Depois, na pesquisa sobre a AMAN, entrevistei mais de 50 pessoas. Foram muitas horas de entrevistas, mas eram entrevistas para uso da pesquisa, não que fossem ser tornadas públicas depois. Quando a entrevista tem a finalidade de virar um documento que possa vir a ser acessado por outras pessoas, passa-se a ter uma série de preocupações novas. Meu envolvimento com um projeto institucional de História Oral deu-se mais tarde, quando eu estava no final do doutorado.

Fui fazer o doutorado também no Museu Nacional, novamente tendo o Gilberto Velho como orientador. O projeto inicial era fazer uma história da profissionalização, da burocratização do Exército brasileiro no período compreendido entre a Guerra do Paraguai e a Segunda Guerra Mundial, mas era claro que futuramente teria que me concentrar num tema mais restrito. Comecei a definir qual seria esse tema quando fiz um curso onde deveria examinar as biografias feitas sobre determinada pessoa, com o objetivo de desconstruir esses relatos, mostrar como eles foram montados. Escolhi analisar as biografias sobre Benjamin Constant, pois sabia que em algum momento teria que ler sobre esse personagem, a quem sempre se atribuiu a liderança sobre

os jovens militares que participaram da Proclamação da República. Fiquei empolgado com o assunto, percebi equívocos óbvios ou questões que não estavam bem colocadas nas biografias. No trabalho de curso, fiz um esboço do que a tese viria a ser. Depois tive, obviamente, um trabalho enorme com fontes, para ver se minhas idéias faziam sentido ou não, algumas coisas não se confirmaram, outras novas surgiram. Mas as idéias centrais permaneceram: que Benjamin não era líder no sentido que lhe era geralmente atribuído, que a “mocidade militar” do final do Império teve um papel mais importante do que se imaginava e que o que se falava sobre a influência do Positivismo estava mal colocado.

Durante o doutorado, tive a oportunidade de uma bolsa “sanduíche” nos Estados Unidos, de 91 para 92, na Universidade da Flórida, onde há uma ótima biblioteca e um importante Centro de Estudos Latino-Americanos. Aproveitei para ler muito, inclusive algumas teses sobre os militares no final do Império que não conhecia, e fui me empolgando por esse tema. Achei também livros sobre o Positivismo em Bengala, sobre os jovens turcos, e uma série de coisas que não encontraria no Brasil e que foram ótimas para ajudar a ter um distanciamento do meu objeto. É um vício comum achar que tudo que acontece no Brasil é específico do Brasil. Muitas coisas não o são, em determinado momento acontecem em diversos países. Voltei já decidido a fazer um trabalho sobre a Proclamação da República, focalizando na relação de liderança entre Benjamin Constant e a “mocidade militar”, que depois resultou em minha tese de doutorado.³ Meus anos de trabalho no setor de documentação do CPDOC, que hoje coordeno, acabaram ajudando nesta pesquisa, pois adquiri familiaridade com o trabalho com as fontes e minha tese de doutorado está baseada, em grande parte, em pesquisa em arquivos. Examinei em profundidade o arquivo do Benjamin Constant e de alguns de seus familiares.

Até voltar dos Estados Unidos, eu não tinha trabalhado em nenhum projeto institucional de História Oral. Aí aconteceu o seguinte: eu fui para a Universidade da Flórida por intermédio de um professor de lá, Gláucio Soares, que havia passado um tempo no CPDOC como pesquisador visitante. Quando eu ainda estava nos Estados Unidos, Gláucio voltou ao Brasil para passar mais uma temporada no CPDOC, como pesquisador associado, desenvolvendo um projeto

³ *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*, 1995, publicada no mesmo ano por Jorge Zahar Editor.

sobre o Regime Militar junto com Maria Celina D'Araujo, que é pesquisadora do CPDOC. Quando voltei ao Brasil, o projeto já havia sido iniciado, inclusive a escolha dos entrevistados e as primeiras entrevistas já tinham sido feitas. Aí eles começaram a pedir para eu participar de algumas entrevistas, e logo me juntei aos dois na pesquisa.

Aprendi muito com essa experiência. Mas foi um projeto que desenvolvi paralelamente ao doutorado, o que deu muito trabalho. Já para o final dessas entrevistas, que foram publicadas em uma trilogia⁴, conseguimos iniciar uma entrevista com o ex-presidente Ernesto Geisel. Esta viria a ser uma história de vida, uma entrevista longa e não temática, como as que estávamos realizando. O Gláucio já estava de partida para os Estados Unidos e Maria Celina me chamou para participar da entrevista, que se prolongou por mais de dois anos.

Foi portanto com esse projeto sobre o Regime Militar que passei a trabalhar mais sistematicamente com História Oral. A partir dessa experiência, passei a me preocupar em ler mais e comecei a ser chamado para falar sobre o assunto. Uma vez me convidaram para falar no mestrado de História da PUC de São Paulo e tive que refletir sobre minha experiência entrevistando militares, agora quando vim dar o curso na UNESP tive que de preparar mais alguma coisa sobre minha experiência como pesquisador. No momento, estou com um novo projeto no CPDOC que também prevê entrevistas.

EH - Como foi isso, se você pudesse retornar um pouco, trabalhar paralelamente no CPDOC e ao mesmo tempo dar conta de teses? E outra coisa: o que é o CPDOC, quais são os tipos de atividades, quais são os projetos?

C. Castro — O CPDOC foi o meu primeiro e único trabalho, estou lá desde os 19 anos, entrei como estagiário em 83 e em 86 fui contratado como pesquisador, na mesma semana em que soube que tinha passado no mestrado. O CPDOC existe desde 1973 e é uma instituição que alia

⁴ *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964, Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão e A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*, publicados em 1994-95 pela editora Relume-Dumará.

atividades de pesquisa e documentação (no sentido amplo, incluindo História Oral). Esta é uma característica que o singulariza, pois há muitas instituições exclusivamente de documentação ou de pesquisa, sem juntar as duas atividades. O CPDOC tem como referência o período posterior a 1930 e trabalha principalmente sobre elites políticas, duas coisas que dão a identidade do Centro.

Havia um certo descolamento entre o que eu fazia no mestrado e no CPDOC, mas no doutorado meu projeto já tinha uma inserção institucional muito maior. Meu projeto de pesquisa foi se tornando cada vez mais integrado e sancionado pela instituição, e essa linha de pesquisa sobre militares acabou se tornando uma das linhas fortes do Centro, tendo continuidade. Antes havia tido uma experiência com o José Murilo de Carvalho, no início da década de 80, quando ele desenvolveu no CPDOC um trabalho importante sobre Forças Armadas, mas que não teve continuidade. O tema dos militares só foi retomado com esse projeto sobre o Regime Militar e com meus trabalhos de mestrado e doutorado.

Este espaço institucional para estudar militares ficou agora mais formalizado com o projeto que o CPDOC apresentou no final do ano passado para concorrer no PRONEX (Programa de Apoio a Núcleos de Excelência). Foi um concurso muito concorrido e, no final, a área de Ciências Humanas teve 10 projetos aprovados, incluindo o do CPDOC, que tem o título de “Brasil em transição: um balanço do final do século XX”. Uma das cinco linhas de pesquisa desse projeto é sobre “Democracia e Forças Armadas na Nova República”, tema que Maria Celina e eu vamos desenvolver nos próximos quatro anos. Com tudo isso, o CPDOC já passou a ser reconhecido como uma instituição que desenvolve pesquisas sobre militares. Também temos em nosso acervo documental arquivos como os de Juarez Távora, Muricy, Horta Barbosa, José Pessoa, uma série de militares que tiveram maior ou menor importância no cenário político.

EH - Nos seus trabalhos com militares, se fundamentando em História Oral, qual foi a repercussão desse produto no meio acadêmico e no meio militar, visto que a História Oral sofre ainda um certo preconceito no meio acadêmico e as falas dos militares, devido ao Regime Militar, não estão muito bem, como se pode dizer, definidas ou sedimentadas?

C. Castro — Não concordo que a História Oral não seja reconhecida no meio acadêmico. Essa é uma luta que muitas pessoas continuam travando, mas acho que a História Oral é um método cada vez mais reconhecido. Há algum tempo, de fato, o trabalho com História Oral era visto como algo menor, menos verdadeiro ou menos rigoroso. Mas hoje já existe um espaço

acadêmico reconhecido. Em todos os congressos de História ou Ciências Sociais há uma grande quantidade de trabalhos nos quais a História Oral é utilizada.

Quanto ao tema “ militares”, acho que a experiência do Regime Militar causou um trauma em parcelas significativas do meio acadêmico, muitas pessoas foram expostas a perseguições, tortura, exílio, censura e outras experiências traumáticas. Mas acho que isso também está mudando, já se reconhece a importância de compreender esse ator social e político, seu comportamento, sua mentalidade, sua socialização profissional, a cultura militar. Não considerar o tema relevante é não só um equívoco intelectual como também político, pois ficarmos ignorantes do que se passa na assim chamada “mente militar” é inclusive potencialmente perigoso para a democracia. Nossa pesquisa no PRONEX parte desse pressuposto.

A trilogia sobre o Regime Militar teve um impacto grande na imprensa, foi muito noticiada, as resenhas de jornalistas ou de pessoas ligadas à Academia foram sempre muito favoráveis, consideraram importante estarmos mexendo nessa “caixa-preta”. Já entre os militares, não tenho muita clareza do impacto que essa trilogia e meus outros dois livros tiveram. Encontrei militares que gostaram, outros que não gostaram, por razões as mais variadas. Não há consenso a respeito disso, mas acho que, para os militares, cada vez é uma coisa menos problemática serem estudados academicamente.

EH - A vida nessas academias militares não é homogênea, ela é heterogênea, mas essas academias militares têm no mínimo, setores da sociedade de classe média, dificilmente as pessoas menos favorecidas têm acesso a elas. No rol das entrevistas desses cadetes de vários anos você sentiu que há um remonte dessa estratificação social dentro do Exército, ou se dentro do Exército há um componente capaz de suplantar essa diferença social que há dentro das Forças Armadas, especificamente do Exército?

C. Castro — Esse é um ponto interessantíssimo. Estou voltando a mexer com isso, recebendo dados sobre a origem social dos cadetes enviados pelas academias militares. Trabalhei esse assunto na dissertação de mestrado, e depois fiz um artigo que saiu publicado na revista do Cebrap.⁵ Os dados existentes informavam que entre as décadas de 40 e 60, o componente de

⁵ “A origem social dos militares: novos dados para uma antiga discussão”. *Novos Estudos*

“classe média” abrangia mais ou menos 80% do contingente de cadetes da AMAN. Os trabalhos acadêmicos, portanto, consideravam os militares (os oficiais, é claro) como sendo predominantemente de classe média; os militares, por seu lado, sempre gostaram dessa classificação.

Conseguí dados quantitativos novos e percebi que a questão estava mal colocada, que o importante não era saber de que “classe” os cadetes vinham. Isto porque um único componente, no caso “filhos de militares”, representava, na década de 80, entre 50% e 60% do conjunto dos cadetes! E essa era uma tendência de crescimento constante: na década de 40 havia cerca de 20% de filhos de militares, na década de 60 trinta e poucos, na década de 80 mais de 50%, e no início da década de 90, quando eu atualizei a pesquisa, esse contingente chegava a representar mais de 60% do total de cadetes. Então essa é a questão! Na classificação por estratificação social, obviamente onde você colocar a categoria “militares” desequilibra tudo: se colocada em “classe média”, é óbvio que os militares passam a ser preponderantemente de classe média.

É melhor perguntar o porquê do recrutamento endógeno nessa proporção e numa tendência crescente de longo prazo. Essa é para mim a questão realmente importante, entender porque uma porcentagem tão elevada de filhos de militares — e mais especificamente, filhos de sargentos, que correspondem a cerca de 3/4 do total de filhos de militares. Para entender isso, é importante sair dos dados quantitativos e agregar informações de outro tipo, como dados culturais. Estou convencido, por exemplo, que a atuação dos militares durante o Regime Militar é uma das responsáveis por esse quadro, devido à grande perda de prestígio social da profissão. Acho importante que o pesquisador recorra, sempre que possível, a diferentes fontes de informação — arquivos, observação participante, entrevistas, dados quantitativos — e a diferentes abordagens, métodos, perspectivas de análise.